

COMUNIDADE SOLIDÁRIA: espaços socioprodutivos para uma nova ruralidade no assentamento Pequeno William em Planaltina - DF

Palavras chave: Bioconstrução, Assentamento Pequeno William, Moradia, Tecnologia Social, Reforma Agrária.

Resumo

A “comunidade solidária” do assentamento rural Pequeno William, no Distrito Federal, é fruto da luta pela Reforma Agrária. Situa-se à 10km de Planaltina no DF, na região da APA do Rio São Bartolomeu, área de Cerrado *stricto sensu*. As famílias desenvolvem atividades agroecológicas, mas sofrem barreiras pela escassez hídrica e liberação do licenciamento ambiental. A abordagem sistêmica na compreensão dos problemas e nas soluções de transformação pelos 5 pilares fundamentais das dimensões da sustentabilidade (política, social, econômica, ambiental e cultural) efetivam o conceito de comunidade solidária (corresponsabilidade na gestão de recursos e criação de espaços de vínculos sociais e territoriais, aprendizado social, desenvolvimento da autonomia dos indivíduos e diversidade socioeconômica). Por isso, o projeto participativo propôs cinco espaços comunitários que abrigam atividades de produção coletiva, formação e convivência, fomentando o tecido das relações comunitárias existentes, com respeito às diferenças e singularidades. A análise do contexto identificou as demandas e vocações segundo as dimensões da sustentabilidade para realidade concreta, conflitos fundiários e socioambientais, identidade local e saberes existentes, posteriormente sistematizados pelos princípios do Living Community (“pétalas” do Living Community Challenge) como padrões espaciais e de acontecimentos baseados em Alexander et al. (1977) e na permacultura de Mollison (1998). O diagnóstico teve aproximação por entrevistas, questionários e táticas de ação do cotidiano compreendendo a temporalidade e os micro-acontecimentos passíveis de conversão. O “design interativo” ocorreu pela linguagem de padrões introduzida com o “jogo dos padrões” (cartas de baralhos) que os moradores inserem na imagem aérea do local coerente com temas da dinâmica do café mundial; apresentação de repertório e desenho à mão livre. Por fim, as propostas alternativas e estudo preliminar são definidos pelos camponeses.

1 INTRODUÇÃO

A “comunidade solidária” do assentamento rural Pequeno William é fruto da luta pela Reforma Agrária e da luta pela vida. As famílias começaram essa história em 2004, nas terras da antiga Toca da Raposa, no Distrito Federal, de onde foram despejadas no mesmo ano. Ainda nesta fazenda um dos filhos dos assentados, William, de 4 anos, faleceu intoxicado por ingestão de água contaminada por agrotóxicos. Algum tempo depois o novo acampamento a ser montado na Fazenda Sálvia, viria a se chamar Pequeno William.

A área encontra-se a aproximadamente a 10 km de distância de Planaltina no Distrito Federal, na APA do Rio São Bartolomeu, em uma área de Cerrado quase intocado, sendo pequena a área do assentamento que fora anteriormente antropizada. No Pequeno William, 133,86ha são destinados às famílias e à sua produção, enquanto que 60,73ha constituem a área de reserva legal responsável pela compensação ambiental pelos impactos do assentamento. Segundo o novo Código Florestal (lei 12651/2012), a reserva natural deve conservar cobertura natural nativa, permitindo a coleta de produtos não madeireiros e exploração florestal seletiva em manejo sustentável sem propósito comercial.

Devido à fragilidade ambiental do território, as famílias desenvolvem, apesar da escassez hídrica, atividades agroecológicas como o cultivo de hortaliças, galinhas e ovos orgânicos, plantio em sistema agroflorestal e artesanato em fibra de bananeira. Ainda aguardando a

liberação do licenciamento ambiental, muitas famílias estão impossibilitadas de produzir e perfurar poços para captação de água.

A falta de água para produção e a morosidade dos órgãos competentes para a liberação de licença ambiental são as principais frustrações da comunidade. O desenvolvimento agroecológico e o pequeno número de famílias assentadas, facilitam a mobilização, razão pela qual o Pequeno William atrai o interesse de diversos atores do desenvolvimento rural e da educação em torno da reforma agrária e da agroecologia.

Entendendo que a reforma agrária deve ter como objetivo principal dar à terra um fim social, que beneficie a coletividade e assim caminhe para uma utilização racional das terras passíveis de produção, após muita negociação e transferências entre locais provisórios, as famílias organizadas pelo MST - Movimento dos Sem Terra, vieram a ser instaladas pelo INCRA em outubro de 2010 na área de estudo, ainda em formato de acampamento ou ocupação provisória. Em 2011 a Portaria nº 136/11, de 26/12/2011, oficializou o assentamento Pequeno William como um imóvel rural cedido para fins de reforma agrária. Segundo dados levantados pela EMATER em 2011, o assentamento abrigava cerca de 80 pessoas, das quais 22 são titulares do termo de concessão de uso das parcelas. Atualmente a Associação dos Produtores Rurais e Agricultores Esperança - ASPRASES, assina pelo processo de assentamento das famílias e pela intermediação de programas sociais e atores que intervêm no território do assentamento. Contudo, a diversidade de organizações que atuam no assentamento extrapola a referida associação. Destacam-se a Comuna Panteras Negras, que abriga aulas de pré-vestibular solidário, atividades de debate de gênero, atividades culturais e educação do campo, na recém construída Biblioteca Carolina Maria de Jesus. O coletivo da juventude, impulsionado pela Residência Agrária Jovem promove atividades, debates e cineclubes para os moradores. O coletivo de artesãs, reúne as mulheres para resgatar práticas ancestrais de cestaria com fibra de bananeira e bordado com o “ponto de planaltina”, bordado típico da cidade. São inúmeros os mutirões que mobilizam os moradores e convidados externos no aprendizado de técnicas de bioconstrução e agroecologia, como: taipa, superadobe, círculos de bananeira, plantio de agrofloresta. O Rancho de Terra, uma das parcelas que mais movimenta mutirões em torno da bioconstrução e da agroecologia, promove ainda o interesse pelas espécies de plantas do cerrado, frutíferas e medicinais.

Ainda que, os espaços dos núcleos comunitários venham a servir às famílias do assentamento como um todo, a logística dessa ideia foi comprometida pela dificuldade de integração espacial e comunitária entre os núcleos. A estrutura de distribuição dos terrenos, promovida pelo desenho do assentamento resulta em uma dinâmica de valorização e desvalorização de lotes, potencializada pela maneira de escolha dos lotes pelas famílias. Isso ocorre pela distribuição das condições de captação de água através de poços manuais e a possibilidade de plantio não serem iguais para todos os terrenos.

Apesar de todos os pontos colocados, a organização das parcelas em formas mais regulares favoreceu a otimização da produção, sem divisões particularmente complexas. Por fim, é interessante frisar que em nenhum momento buscou-se, por parte do projeto original de assentamento, integrar à cidade de Planaltina. Esta que a cada momento se aproxima mais do campo através do grande crescimento populacional e fortalecendo a caracterização da área como um lugar de novas ruralidades. Não se pode considerar o campo como um sistema fechado em si mesmo. É importante pensar em uma estrutura espacial e construída que incentive o surgimento de atividades rurais mais integradas socialmente com as relações insurgentes da contemporaneidade rural.

2 OBJETIVOS

Este trabalho tem como objetivo principal, evidenciar que a mobilização promovida pelos movimentos sociais de luta pela reforma agrária constroem territórios de ampla complexidade e diversidade, e que esses territórios possuem grande potencial de desenvolvimento sustentável, demandando baixo grau de investimento, tendo em vista seu capital social (capacidade de mobilização social) já consolidado. Com este trabalho, busca-se também demonstrar o conhecimento produzido pelo campesinato como estratégia de sobrevivência e adaptabilidade, traduzido em tecnologia, educação, política e cooperação solidária.

3 METODOLOGIA

O processo de projeto parte das demandas e vocações levantadas por meio da análise do contexto, segundo as dimensões da sustentabilidade (política, ambiental, social, econômica e cultural), das demandas da realidade concreta, dos conflitos fundiários e socioambientais, da identidade local e de saberes existentes, que posteriormente foram sistematizados a partir dos princípios da comunidade solidária do Living Community que envolvem as “pétalas” do Living Community Challenge (lugar, água, energia, materiais, saúde e felicidade, equidade e estética) no formato de padrões espaciais e de acontecimentos (modos de vida) baseados em Alexander et al. (1977) e na Permacultura de Bill Mollison e David Holmgren.

No decorrer do percurso metodológico que envolveram um processo participativo, entre observações, pesquisas e escutas de inúmeras histórias, apreendeu-se aquilo que seria a espinha dorsal desse trabalho: o resgate da prática produtiva enquanto cultura e veículo de interação comunitária. Nesse momento houve uma definição de qual seria o objetivo desses espaços construídos: abrigar atividades produtivas permitindo seu diálogo entre o saber tradicional de que se origina e a necessidade de adequação às exigências sanitárias de comercialização. Dentro da abordagem sistêmica, o projeto pretende promover a coesão da comunidade por meio da autogestão e espaços para a geração de renda dentro dos princípios da sustentabilidade.

Foram pensados em 5 espaços de uso comunitário, que devem abrigar desde atividades de produção coletiva até atividades de formação e convivência, proporcionando maior interação entre os moradores, fomentando o tecido de relações comunitárias existente, com respeito às diferenças e no reconhecimento das singularidades de cada pessoa.



Figura 1. Percurso metodológico

O diagnóstico ou levantamento das vocações do lugar se deu de forma participativa, que ocorreu ao longo de todo o processo, desde a aproximação das famílias por meio de entrevistas e pequenos questionários, táticas de ação baseada na prática do cotidiano para apreender a temporalidade e os micro-acontecimentos como passíveis de conversão a sua maneira, como a oficina de pallet, elaboração de “design interativo” por meio de uma “linguagem de padrões” ou “códigos geradores” para aplicação do Jogo dos padrões” no





formato de cartas de baralhos, apresentação de repertório fotográfico e desenho à mão livre para apresentação de propostas alternativas junto à comunidade.




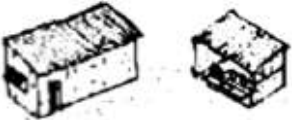


4 DIAGNÓSTICO

4.1 O lugar – padrões do espírito da comunidade

Entende-se o lugar a partir da abordagem fenomenológica do ambiente e da interação entre lugar e identidade, tal como propõe Christian Norberg-Schulz, o “genius loci” e Miguel Sattler. O espírito do lugar traduz um conjunto de características socioculturais arquitetônicas, de linguagem, de hábitos, que caracterizam o lugar, indicando o “caráter do lugar”, termo também utilizado por Aldo Rossi. Para resgatar o “espírito do lugar” no projeto dos Espaços Socioprodutivos foi realizado um levantamento no formato de padrões de todos os modos de morar, tipos de casas, modos de vida, relação com a natureza, tipos de entrada, de cozinha caipira com fogão à lenha, área de serviço, espaço de produção e higienização dos alimentos, pequenas vendinhas, cultivo de ervas e plantas medicinais, além das flores.

Tabela 1. Padrões do lugar

Padrões construtivos – espírito do lugar		
A casa e a árvore	É possível notar em algumas casas a proximidade entre a construção e uma árvore mais destacada, configurando um novo espaço na junção desses dois elementos	
Comércio em casa	Existe apenas uma moradia com essa tipologia no assentamento. Trata-se de um bar/lanchonete no térreo e da moradia dos proprietários no primeiro pavimento	
Higienização na varanda	Solução mais comum nas casas de famílias que trabalham com a horticultura. Na varanda é situada uma pia de bancada generosa onde se faz a higienização das hortaliças recém colhidas.	
Entrada pela varanda	Nessas casas a entrada é feita por meio da varanda, e é nela que se recebem as visitas, sendo a sala interior mais reservada e íntima.	

<p>Fogão à lenha acoplado</p>	<p>O fogão à lenha acoplado é aquele que está situado externamente à casa, mas sem configurar um volume próprio. O fogão nessa solução é usado quase que diariamente.</p>	
<p>Entrada direta</p>	<p>A entrada se faz diretamente através de porta situada frontalmente ou lateralmente.</p>	
<p>Banheiro externo</p>	<p>Algumas casas possuem o banheiro externo à casa, em alguns casos estando acoplado com entrada através de porta externa. Como os banheiros utilizam o sistema de fossa, essa solução auxilia no isolamento dos odores.</p>	
<p>Cozinha caipira externa</p>	<p>A cozinha caipira externa cria um cômodo para o fogão à lenha, sendo muitas vezes acompanhada de mesa para receber. Essa solução auxilia na limpeza, ao manter as cinzas e fumaça longe de casa.</p>	
<p>Área de serviço acoplada</p>	<p>A grande maioria das casas possuem essa solução. Trata-se de um tanque instalado em uma das paredes externas da casa, pode possuir pequena cobertura protetora ou não.</p>	
<p>Quartinho de ferramentas</p>	<p>O uso do quartinho de ferramentas é muito usual, nele são guardados os equipamentos de trabalho, configura um volume externo à casa.</p>	

4.2 Dimensões da sustentabilidade – diagnóstico sistêmico do lugar

Os padrões para organizar a vida doméstica e outros comportamentos observados, guardam em si explicações para as estratégias de sobrevivência dessas famílias, que foram posteriormente sistematizadas no formato das 5 dimensões da sustentabilidade, promovendo a visão sistêmica da realidade:

4.2.1 Ambiental

A presença de grande diversidade de frutos típicos do cerrado representa a esperança de promover cultivos agroflorestais e o extrativismo dos frutos locais. Alguns dos frutos

encontrados na área são: pequi, araticum, jatobá, cagaita, cajuzinho-do-cerrado, araçá, sucupira, marmelo do cerrado, jenipapo. O desenho do parcelamento e das vias do assentamento parece desprezar o relevo do local e a estrutura de seus condicionantes físicos, gerando pontos de enxurradas e dificultando a drenagem e a infiltração das águas.

O acesso aos recursos hídricos configura um ponto de fragilidade no assentamento. É comum que as famílias que fazem uso da água da nascente, próxima ao assentamento, se revezem para preencher seus reservatórios e irrigar suas plantações. As cisternas manuais são perfuradas com mão de obra local, muitas vezes sem equipamento de segurança adequado. Mesmo sem a análise a respeito da potabilidade dessa água, as famílias a utilizam e consomem por não possuírem outra opção.

4.2.2 Econômica

As famílias que possuem produção de hortaliças revendem seus produtos na feirinha da administração de Planaltina, no CEASA de Brasília e na feirinha da Presidência da República que ocorre semanalmente, além de fornecer para o PAA - Programa de Aquisição de Alimentos. Como maneira de garantir a inspeção da produção de orgânicos no assentamento, os produtores são submetidos à vistoria dos representantes do Selo Comunitário de produtores orgânicos de Planaltina. São diversas as propostas de projetos a serem implantados na área através da atuação de atores externos e políticas governamentais. A proximidade com o Instituto Federal de Brasília - IFB, faz com que diversas visitas a campo dos alunos sejam promovidas no assentamento, bem como oficinas de capacitação, construindo um forte vínculo de cooperação entre esta instituição e o assentamento. A exploração do turismo rural e ambiental na região é um grande potencial, não apenas por estar próximo a propriedades que já promovem essas atividades, mas também por possuir uma amostra de Cerrado rico em espécies de fauna e flora dentro de seus limites e integrado à APA do rio São Bartolomeu.

Outras atividades de base solidária sustentam o cotidiano dos moradores, como trocas e permutas, já que são poucas as parcelas que possuem infraestrutura para viabilizar a produção em quantidade suficiente para a comercialização. Entende-se que a promoção das atividades solidárias deve ser fortalecida como maneira de impulsionar a cooperação e autonomia da comunidade para além das lógicas mercantis de garantia de recursos.

4.2.3 Política

Essas pessoas deixaram suas famílias e construíram um coletivo, um movimento, com as quais dividiram a luta pela terra durante anos. A plenária que existia no antigo acampamento Pequeno William era símbolo dessa construção coletiva, símbolo dessa grande família. Ao serem perguntados sobre o que sentiam falta no Pequeno William, a maioria das respostas era ligada primeiramente ao necessário, água, moradia, terra para plantar. Porém, em um segundo momento, remetia-se à copresença novamente, relatando sentir falta das atividades coletivas e reuniões dos tempos de acampamento, momento de maior mobilização política.

O trabalho político do movimento sem-terra opera transversalmente por meio das coordenações temáticas: saúde, educação, formação, produção, frente de massa, cultura, comunicação, direitos humanos, entre outros. Essa estrutura conta com mobilização do movimento para mudanças estruturais na sociedade através da promoção da educação do campo, profundamente embasada nas reflexões da pedagogia libertadora de Paulo Freire.

4.2.4 Cultural

Durante as entrevistas se fizeram marcantes nas falas das pessoas e em suas casas, respectivamente: a memória da plenária do acampamento e a presença do fogão à lenha ou

do sonho de uma cozinha caipira. Elementos que simbolizam a luta pela terra e as origens de uma vida no campo. Elementos que conferem identidade à comunidade. Construir com a terra também é algo trazido de seus locais de origem, onde as casas eram de adobe ou de taipa de mão, “fresquinhas” como dizem. Na transição do campo mais afastado para o rural mais próximo das periferias urbanas, absorveu-se a arquitetura favelizada que utiliza como matéria-prima, não mais materiais da natureza, mas sim objetos reaproveitados que foram descartados por outros usos. Quando existe uma condição financeira favorável, grande parte das famílias optam por construir com materiais industrializados, alvenaria convencional e concreto, com exceção de algumas práticas em bioconstrução que tentam resgatar o construir com elementos da natureza local. Esse contexto nos faz perguntar, em que momento se perdeu o saber fazer das casas tradicionais e vernaculares.

4.2.5 Social

Hoje, todas as crianças e adolescentes do Pequeno William frequentam a escola, seja na cidade ou na zona rural, a juventude é inserida e cursinhos pré-vestibulares solidários e nos programas de residência agrária jovem, graças à programas de educação do campo, várias mulheres também voltaram a estudar. Atualmente os encontros gerais da comunidade ocorrem uma vez por mês, sem lugar fixo, ou seja, rotativamente em cada núcleo comunitário. Mesmo após dois anos de ocupação dos lotes pelas famílias, ainda não foi retomada a organização social dos assentados no formato das antigas coordenações setoriais. Os membros da comunidade reclamam da falta de mobilização dos assentados por não haver mais momentos de reunião e celebração entre todos da comunidade. Comentam ainda a necessidade de haver uma plenária como lugar de decisões e eventos no assentamento.

5 RESULTADOS: PROPOSTAS PARA ESPAÇOS SOCIOPRODUTIVOS

5.1 Zoneamento permacultural: estratégias para um território resiliente

Procurando atender à abordagem sistêmica tanto para compreender os problemas como para pensar as soluções para a transformação, foi proposto um zoneamento permacultural de atividades que, previamente ao projeto focado nos espaços socioprodutivos, costurasse o território como um todo por meio das cinco dimensões da sustentabilidade. Esse zoneamento é fundamental para garantir que cada parte (núcleo comunitário), compreenda seu papel no equilíbrio da comunidade e para estimular ações pela preservação do meio ambiente para além das demandas produtivas. Pensando-se também a contribuição do território do assentamento para o equilíbrio da região em que se insere.

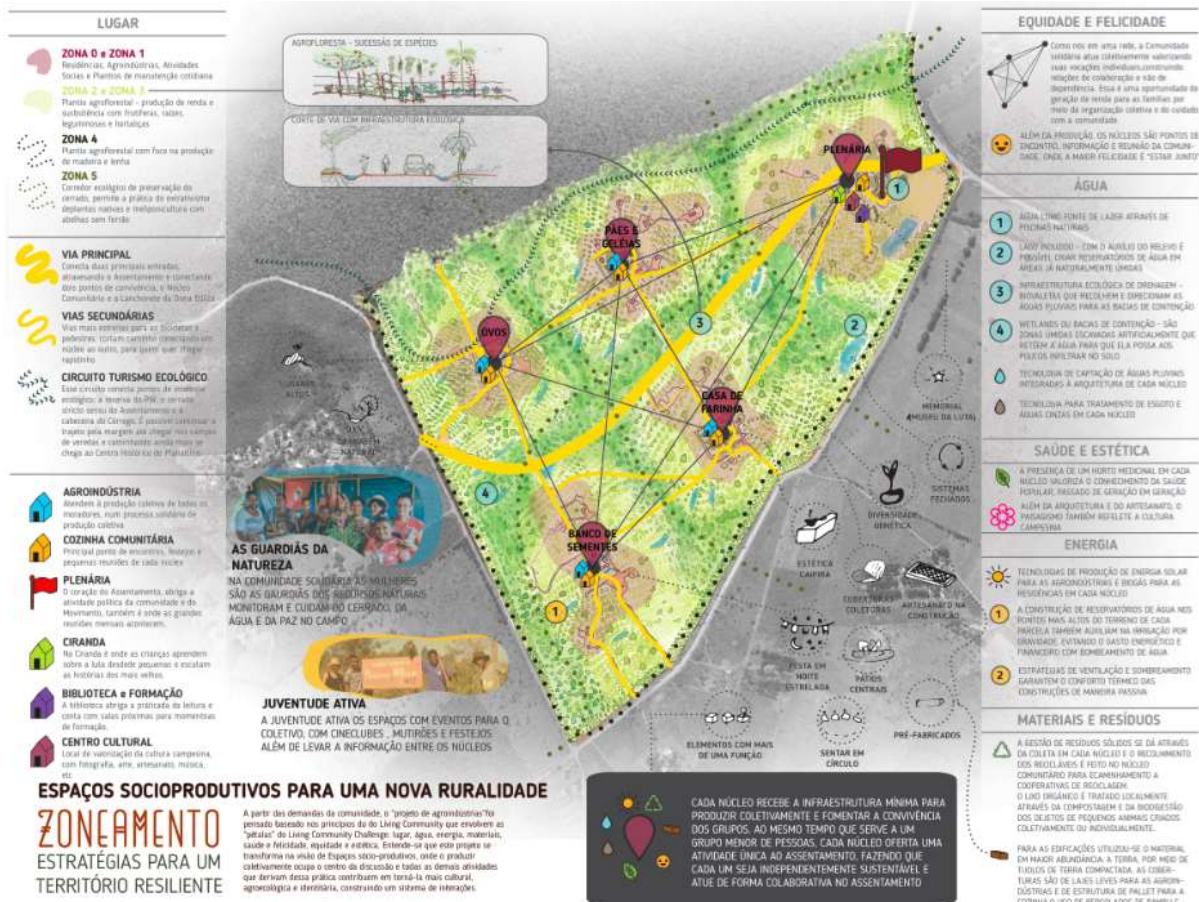


Figura 2. Esquema do Zoneamento permacultural proposto, em prancha do concurso da Bienal José Lutzemberger

O Zoneamento Permacultural do assentamento visou criar diretrizes de ocupação agroecológicas. Dessa maneira, a área obrigatória de reserva que cada parcela deve preservar foi arranjada para criar corredores ecológicos, que permitem o movimento dos animais gerando conexões com áreas ambientais fora do assentamento e potencializam o trabalho de polinização promovido por insetos e aves. Esses corredores visam proteger a fauna e a flora nativos do cerrado, já que o intuito é também produzir conhecimento e excelência a respeito dessa temática. Nas zonas 2 e 3, propõe-se o cultivo orgânico e agroecológico em agrofloresta por todo restante do território, fazendo uso do plantio em curvas de nível como maneira de reter matéria orgânica e nutrientes no solo. As zonas 1 e 0, abrigam atividades de maior periodicidade, como hortas, agroindústrias e atividades sociais.

A segurança hídrica do território está incluída no zoneamento, de maneira a identificar os locais onde deve-se implantar infraestrutura verde para coleta e infiltração de águas pluviais, reabastecendo os aquíferos da região. Foram identificadas também, áreas de vocação para retenção e afloramento das águas, nesses locais o reflorestamento com espécies nativas e raízes retentoras de água são estimuladas, para recuperação dessa áreas úmidas, antigas veredas antes da antropização. Outros pontos previstos pelo zoneamentos, são os fluxos para gestão de resíduos e destinação de resíduos, incluindo meios de renda com o reaproveitamento e a reciclagem. Além de desenhar percursos que buscam reconhecer caminhos não oficiais, porém usuais, dos moradores, como forma de potencializar a

copresença e o encontros não planejados.

5.2 Espaços socioprodutivos

O ponto central de estudo e proposta são as áreas de uso coletivo das famílias que vivem no assentamento Pequeno William. Entendendo que o conceito de comunidade solidária está relacionado à corresponsabilização na gestão de recursos e à criação de espaços relacionais que vinculem as pessoas ao seu território, a promoção da aprendizagem social e ao desenvolvimento da autonomia dos indivíduos bem como a diversidade social e econômica.

Cada núcleo comunitário recebe a infraestrutura mínima para produzir coletivamente e fomentar a convivência dos grupos. Ao mesmo tempo que serve a um grupo menor de pessoas, cada núcleo oferta uma atividade única ao assentamento, fazendo com que cada um seja independentemente sustentável e atue de forma colaborativa no assentamento.

São diversas as atividades que podem conviver e contribuir com a produção agroindustrial, o turismo rural, a educação, a cultura e a cooperação na produção crescem juntos nesse espaço onde tudo se encontra. Nesses novos espaços construídos se localizam a agroindústria demandada pelo núcleo, uma estrutura de cozinha comunitária que abriga um banheiro e um ponto digital (computador + internet), uma choupana para reuniões e atividades em grupo, além de espaços gramados para atividades ao ar livre e espaços para sentar-se à sombra das árvores.

A partir da integração aos princípios do Living Community Challenge: lugar, água, energia, materiais, saúde e felicidade, equidade e estética, a demanda inicial por “projetos de agroindústrias” se transformou na visão dos espaços socioprodutivos, onde o produzir coletivamente ocupa o centro da discussão e todas as demais atividades que derivam dessa prática contribuem em torná-la mais cultural, agroecológica e identitária, construindo um sistema de interações. As oficinas com cada núcleo comunitário (agrupamentos de 4 famílias), levantaram as demandas e permitiram problematizá-las, para compreender que a prioridade de cada núcleo deveria também estar de acordo com suas capacidades produtivas e complementar as atividades do assentamento como um todo, evitando assim estruturas superdimensionadas e a repetição desnecessária de equipamentos.

Tabela 2. Resultados das dinâmicas de discussão e priorização das demandas de cada espaço

	Atividades		
	* Primeira prioridade **Segunda prioridade (atividade produtiva)	Complementares (estimulam a reunião da comunidade)	Apoio (dão suporte às atividades)
Área Comunitária	Plenária* Cozinha Comunitária**	espaço de aprendizado hospedagem espaço para comercialização eventos culturais espaço de brincar	banheiro coleta e separação de resíduos espaço de reuniões
Núcleo 1	Hortaliças* Farinha**	esportes	sala administrativa
Núcleo 2	Hortaliças* Processados**	água esportes	local de vendas

Núcleo 3	Farinha* Processados**	lugar para reunir e pequenas festas	cozinha ou copa
Núcleo 4	Apicultura* Processados de Frutos do Cerrado**	lazer de fim de semana	local para as crianças tratamento de rejeitos
Núcleo 5	Farinha* Ovos**	pracinha com flores igreja	

5.1 Tecnologias propostas: bioconstrução e agroecologia

As construções propostas para materializar os espaço socioprodutivos projetados, são executadas a partir de tecnologias sustentáveis e de baixo custo. Todas as tecnologias foram participativamente eleitas pelos moradores, que se guiaram pelos critérios de economia e custo, domínio da técnica e interesse pelo aprendizado de novas técnicas, para eleger entre as opções oferecidas. Em um momento de cineclube promovido por este estudo em parceria com o coletivo de juventude do assentamento, os moradores puderam ver vídeos que demonstravam as etapas de execução das técnicas, promovendo o debate e facilitando a escolha coletiva.

Tabela 3. Tecnologias propostas

Tecnologia	Função	Descrição
Cascaje	Cobertura	As cascaje são pequenas abóbadas de canhão em ferrocimento. Elas são moldadas em uma forma feita de madeira e zinco. Pode-se pré-fabricar várias cascajes e posteriormente montá-las como cobertura. São dispostas uma ao lado da outra e apoiadas, ou sobre paredes estruturais, ou sobre vigas calhas, responsáveis por distribuir o peso e auxiliar na coleta de águas pluviais. O vergalhões nas extremidades das cascajes são colocados no momento da moldagem da peça e trabalham na estabilização das flexões na peça. O preenchimento acima das cascajes é feito com concreto, contudo, é possível testar outros preenchimentos que potencializem a resistência da laje, melhorem seu desempenho térmico ou a torne mais leve.
Cobertura de Pallet	Cobertura	A cobertura proposta trata de uma adaptação do sistema construtivo de cobertura de palete desenvolvida pelo grupo HABIS, da USP/ São Carlos. Nesse sistema parte dos paletes são desmontados, onde as tábuas constituirão uma viga de elementos laminados, as VLP's. Essas vigas perpassam por entre os paletes da cobertura, unindo-os e distribuindo os esforços de entre os paletes.
Trama em fibra de bananeira	Vedação	Fazendo uso do elemento simbólico do artesanato da fibra de bananeira, propõe-se esquadrias que façam uso dessa habilidade. Essas esquadrias ocorrem de duas maneiras: quando opaca, é fabricada em madeira e revestida com a fibra de bananeira, quando translúcida se tratará de uma malha de fibra de bananeira posicionada em batentes de madeira. Para a colagem das fibras é utilizada cola látex convencional. As placas de diferentes tamanhos e posições buscam retomar a linguagem das moradias, os barracos em madeirite e materiais reaproveitados.

BTC – Bloco de Terra Compactada	Vedação	Os Blocos de Terra Compactada, são tijolos de terra e cimento prensados que não vão ao forno. Por serem crus permitem que o material promova a regulação da temperatura interna das construções. O BTC funciona como alvenaria estrutural, onde seus furos devem ser concretados a cada 1,05m de parede. Os furos também permitem a passagem de instalações sanitárias e elétricas. Alguns assentamentos do MST já possuem experiência com a fabricação desses tijolos, demonstrando a viabilidade de adoção desse material.
Superadobe	Vedação	O superadobe é uma técnica já utilizada dentro do próprio assentamento. Trata-se do preenchimento de sacos de polipropileno com terra local. Os sacos formam fiadas que vão sendo compactadas uma a uma com um pilão. Essa técnica trás todos os benefícios de uma construção em terra: baixo custo, sustentabilidade e regulação térmica, com a adição de possibilitar a execução de formas orgânicas e arredondadas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com uma configuração socioespacial dispersa, promover a copresença dos moradores do assentamento foi um desafio na proposta apresentada. Isso ocorre pela grande existência de espaços vazios e pelas poucas opções de conexão entre os espaços comunitários. Atualmente os encontros gerais da comunidade ocorrem uma vez por mês, sem lugar fixo, ou seja, rotativamente em cada núcleo comunitário.

Mesmo após dois anos de ocupação dos lotes pelas famílias, ainda não foi retomada a organização social dos assentados no formato das antigas coordenações setoriais. Além da dimensão presencial afetada pela diminuição dos encontros, a racionalização da infraestrutura também foi prejudicada. Pois, como a distância entre as casas é maior, é necessário maior gasto de recursos para a distribuição de luz, água e estradas de acesso. As famílias e a maneira como se relacionam com o espaço em que vivem conferem diferentes identidades para cada núcleo, constituindo uma espécie de mosaico de subculturas, onde existe um interesse em comum entre as famílias para a produção coletiva.

Este trabalho buscou, de maneira emergente, identificar a vocação do lugar e da comunidade que o habita, propondo soluções próximas da realidade e proporcionais à capacidade de execução em um contexto de escassez de recursos, mas de enorme abundância de riquezas naturais, culturais e sociais.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER, C. et al. 1977. A Pattern Language: towns, buildings, construction. New York: Oxford University Press.

BANCO DO BRASIL. Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR. Disponível em: <<http://www.bb.com.br>> Acesso em: maio de 2015.

BRASIL. Lei no 4.504, de 30 de novembro de 1964. Estatuto da Terra. Diário Oficial da União, Brasília. 30 nov. 1964.

CARMO, V. R. A desvalorização da dimensão subjetiva: o caso da Fazenda Larga. Ensaio Teórico (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

CARVALHO, H.M. A interação social e as possibilidades de coesão e de identidade social no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil. MPF-NEAD-IICA (Relatório), Curitiba, 1989.

CASAS. Ecoagrovila Renascer: desafios para a transformação do assentamento rural tradicional em comunidade ambiental e socialmente responsável: uma experiência de projeto participativo no Distrito Federal. UnB/CASAS: Brasília, 2015.

DAVIS, D. et al. 2013. Participation tools for better community planning. California: The California Endowment.

EMATER. PDA - Pequeno William. EMATER/DF: Brasília, 2013.

ESTATUTO DA TERRA, LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4504-30-novembro-1964-377628-norma-pl.html>. Acesso no dia 30 de setembro de 2015.

FILIPPONE, F. JUNTARQ: compartilhar, crescer, construir. Projeto de Diplomação (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

GRUPO HABIS. Caderno Amarelo - O encontro de famílias e assessores: organizando grupos para projetos de habitação rural. UFSCar/HABIS: São Carlos, 2004.

HOLANDA, F. O espaço de exceção. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

IICA. Diretrizes Metodológicas para o Planejamento Municipal e dos Assentamentos de Reforma Agrária. PCT - INCRA/IICA: Brasília, 1997.

IICA. Roteiro Mínimo comum para a elaboração de Plano de Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos de Reforma Agrária. PCT - INCRA/IICA: Brasília, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2010. Censo Demográfico Brasileiro. MAZZALA NETO, W. Agroecologia e processamento de alimentos em assentamentos rurais. Campinas, 2009.